

Jive Investments Consultoria S.A.
CNPJ nº 12.600.032/01-07

Demonstrações financeiras individuais e consolidadas dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020

| Balancos individuais e consolidados Em 31 de dezembro de 2021 e 2020 (Em milhares de Reais - R\$) | | | | |
|---|------------------|----------------|---------------|----------------|
| | Nota explicativa | Consolidado | | |
| | | Controladora | 31/12/2021 | 31/12/2020 |
| Ativo Circulante | | | | |
| Caixa e equivalentes de caixa | 7 | 33 | 29.866 | 64 |
| Títulos e valores mobiliários | 8 | 171.508 | 879 | 235.556 |
| Contas a receber | 9 | 5.619 | 2.580 | 19.297 |
| Contas a receber partes relacionadas | | | 52 | - |
| Impostos a recuperar | | 444 | 156 | 47 |
| Outros créditos | | 656 | 798 | 663 |
| Total do ativo circulante | | 178.261 | 34.313 | 256.054 |
| Não Circulante | | | | |
| Títulos e valores mobiliários | 8 | 95.192 | - | 95.192 |
| Contas a receber partes relacionadas | | 40.244 | 7.436 | 40.244 |
| Outros créditos | | 1.224 | 1.224 | 1.128 |
| Investimentos | 10 | 75.850 | 16.366 | 8.382 |
| Propriedades para investimento | 11 | 55.151 | 16.366 | 55.151 |
| Imobilizado | 12 | 51.004 | 17.854 | 51.006 |
| Intangível | | 454 | 287 | 454 |
| Total do ativo não circulante | | 318.997 | 43.070 | 251.654 |
| Total do Ativo | | 497.258 | 77.383 | 507.708 |

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Notas Explicativas da Administração sobre as Demonstrações Financeiras Individuais e Consolidadas

1. Contexto operacional: A Jive Investments Consultoria S.A. ("Jive Investments" ou "Companhia" ou "Controladora"), sociedade anônima com sede na Avenida Brigadeiro Faria Lima, nº 1485, na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, no Brasil, constituída em 10 de maio de 2010 na forma de sociedade limitada e transformada em sociedade anônima em 22 de dezembro de 2020, tem por objetivo prestar serviços de consultoria em estratégia de negócios e serviços de recuperação de créditos, sobretudo créditos concedidos a empresas por instituições financeiras, bem como a participação em outras sociedades, como sócia ou acionista. A Jive Investments é a líder do "Grupo Jive" (ou somente "Grupo"), que inclui a sua controlada integral Jive Asset Gestão de Recursos Ltda. ("Jive Asset" ou "Controlada"), sociedade limitada com sede na Avenida Brigadeiro Faria Lima, nº 1485, na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, no Brasil, que iniciou suas operações em junho de 2011 como prestadora de serviços de gestão de carteira de valores mobiliários e de fundos de investimentos e também sua controlada integral Claimly Serviços e Desenvolvimento S.A. ("Claimly" ou "Controlada") sociedade anônima com sede na Avenida Brigadeiro Faria Lima, nº 1485, na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, no Brasil, que iniciou suas operações em setembro de 2021 como prestadora de serviços de consultoria em estratégia de negócios e serviços de recuperação de créditos, aliando tecnologia e agregando plataformas na execução destes serviços. A Companhia é controlada pela Jive Holding Ltda. que detém 68,87% do seu capital social. Atualmente, os principais serviços prestados pelo Grupo Jive compreendem: **Jive Investments** - seus principais clientes são fundos de investimento que adquiriram créditos inadimplidos e ações judiciais e terceirizam os esforços de cobrança e monetização destes ativos, incluindo os esforços de negociação e o gerenciamento dos esforços judiciais, abertura de ações judiciais e acompanhamento que adquirim imóveis com problemas e terceirizam a regularização e coordenação da venda destes imóveis por corretores. Além destes fundos, a Companhia mantém presta serviço de recuperação de crédito para fundos de pensão nacionais e outros credores. **Jive Asset** - seu objeto é atuar como gestora de carteiras e recursos próprios e de terceiros em fundos, carteiras e outros veículos de investimento, especialmente fundos de investimento em direitos creditórios e fundos imobiliários, ainda com foco em ativos distressed, no Brasil e no exterior. **Claimly** - é uma plataforma dedicada à origemação e recuperação de direitos creditórios pulverizados, aliando tecnologia proprietária com contencioso judicial e financeiro para maximizar o retorno dos investidores. **Impacto da Pandemia Covid-19 nas Demonstrações Financeiras:** No dia 11 de março de 2020, a Organização Mundial da Saúde declarou o surto do COVID-19 como uma pandemia, status que seguiu em vigência durante todo o exercício de 2021. A pandemia da COVID-19 demandou medidas restritivas por parte de autoridades governamentais mundiais, com o objetivo de proteger a população, resultando em restrição no fluxo de pessoas, incluindo quarentenas e lockdown, restrições a viagens e transportes públicos, fechamento de locais de trabalho, interrupção das cadeias de suprimentos, fechamento do comércio e redução generalizada de consumo. No Brasil, estados e municípios, incluindo das localidades em que nos operamos, adotaram as diretrizes estabelecidas pelo Ministério da Saúde, adotando medidas para controlar a propagação da doença, o isolamento social e consequente restrição à circulação, que resultaram no fechamento de restaurantes, hotéis, shopping centers, áreas de grande circulação, parques e demais espaços públicos. Pela legislação federal e do Estado de São Paulo, as atividades da Controladora e do Grupo não são consideradas essenciais, portanto, a maioria dos nossos funcionários trabalha em home office desde a pandemia sem prejuízo, portanto, para as empresas. No intuito de garantir a continuidade de suas operações e reforçar a segurança sanitária de seus colaboradores, criou um comitê multidisciplinar para gestão da crise ocasionada pelo COVID-19 e preparou um Plano de Contingência seguindo as orientações da Organização Mundial da Saúde e do Ministério da Saúde, de forma a garantir a segurança de todos os colaboradores e de todas as pessoas envolvidas nas atividades operacionais. A receita da Controladora e do Grupo não sofreu alterações relevantes em razão da pandemia, não tendo sido necessária captação financeira adicional no decorrer do exercício. Os resultados operacionais foram regularmente contratadas. Contudo, a Administração continua monitorando possíveis impactos na economia e mercado em geral decorrentes da pandemia do Coronavírus.

2. Base de elaboração das demonstrações financeiras individuais e consolidadas: As demonstrações financeiras estão sendo apresentadas para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e 2021. Declaração de conformidade: As demonstrações financeiras individuais, identificadas como "Controladas", foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil ("Práticas Contábeis Individuais e Consolidadas" ou simplesmente "Práticas Contábeis") e foram preparadas de acordo com as Normas Internacionais de Relatório Financeiro ("IFRS") emitidas pelo International Accounting Standards Board ("IASB") e também de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil ("BR GAAP"). A emissão das demonstrações financeiras individuais e consolidadas foi autorizada pela Diretoria em 15 de abril de 2022. Detalhes sobre as políticas contábeis significativas da Controladora e do Grupo estão descritas na nota explicativa nº 5. Todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, e somadas a elas, estão sendo evidenciadas, e correspondem àquelas utilizadas pela Administração na sua gestão.

3. Moeda funcional e moeda de apresentação: Estas demonstrações financeiras individuais e consolidadas estão apresentadas em milhares de reais, que é a moeda funcional da Empresa e do Grupo. Todos os saldos foram arredondados para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

4. Uso de estimativas e julgamentos: Na preparação destas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, a Administração utilizou julgamentos e estimativas para a aplicação das políticas contábeis da Empresa e do Grupo, e os valores reportados dos ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas. As estimativas e premissas são revisadas de forma contínua. As revisões das estimativas são reconhecidas prospectivamente. **a. Julgamentos:** As informações sobre julgamentos realizados na aplicação das políticas contábeis que têm efeitos significativos sobre os valores reconhecidos nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas estão incluídas nas seguintes notas explicativas: **Políticas contábeis:** a) reconhecimento em demonstrações controladas (Controladora); determinação se a Controladora detém de fato controle sobre uma investida; **Nota explicativa nº 16** - prazo do arrendamento; se o Grupo tem razoavelmente certeza de exercer opções de prorrogação. **b. Incertezas sobre premissas e estimativas:** As informações sobre as incertezas relacionadas a premissas e estimativas em 31 de dezembro de 2021 e 2020 que possuem um risco significativo de resultar em um ajuste material nos saldos contábeis de ativos e passivos no próximo ano fiscal estão incluídas nas seguintes notas explicativas: **Nota explicativa nº 15** - mensuração a valor justo de instrumentos financeiros; mensuração do valor justo de ativos e passivos em demonstrações controladas; administração utiliza informações observáveis de mercado tão logo estejam disponíveis. O valor justo é classificado em diferentes níveis hierárquicos, com base nos dados e premissas utilizados nas metodologias de precificação, conforme segue: • Nível 1: utilizam preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos ou passivos idênticos. • Nível 2: utilizam dados ou premissas, que não os preços cotados incluídos no Nível 1, observáveis para o ativo ou passivo, direta ou indiretamente. • Nível 3: utilizam dados e premissas que não são baseados em informações de mercado observáveis para o ativo ou passivo ou não observáveis. Se os dados e premissas utilizados na mensuração do valor justo de um ativo ou passivo recaem em diferentes níveis de hierarquia, o valor justo é classificado inteiramente no mesmo nível de hierarquia que a informação de nível mais baixo que for significativa para a mensuração como um todo. A Controladora e o Grupo reconhecem transferências entre níveis de hierarquia do valor justo ao final dos exercícios em que a mudança tenha ocorrido. **Nota explicativa nº 19** - reconhecimento e mensuração de provisões e contingências: principais premissas sobre a probabilidade de ocorrência de eventos futuros e contingências.

5. Políticas contábeis significativas: A Controladora e o Grupo aplicaram as políticas contábeis descritas abaixo de maneira consistente a todos os exercícios apresentados nestas demonstrações financeiras, salvo indicação ao contrário. **(i) A base de consolidação: (ii) Controladas:** O Grupo controla uma entidade quando está exposto a, ou tem direito sobre, os retornos variáveis advindos de seu envolvimento com a entidade e tem a habilidade de afetar esses retornos exercendo seu poder sobre a entidade. As demonstrações financeiras de controladas são incluídas nas demonstrações financeiras consolidadas. **(iii) Participação de acionistas não controladores:** O Grupo elegeu mensurar qualquer participação de não-controladores inicialmente pela participação proporcional nos ativos líquidos identificáveis da adquirida na data de aquisição. Mudanças na participação do Grupo em uma subsidiária que não resultem em perda de controle são contabilizadas como transações de patrimônio líquido. **(iv) Estimativas em entes desconsolidados pelo método da equivalência patrimonial:** Os investimentos do Grupo em entidades contabilizadas pelo método da equivalência patrimonial, nas demonstrações consolidadas, compreendem suas participações em coligadas. As coligadas são aquelas entidades nas quais o Grupo, direta ou indiretamente, tenha influência significativa, mas não controle ou controle conjunto, sobre as políticas financeiras e operacionais. Tais investimentos são reconhecidos inicialmente pelo custo, o qual inclui os gastos com a transação. Após o reconhecimento inicial, as demonstrações financeiras consolidadas incluem a participação do Grupo no lucro ou prejuízo líquido da entidade, a Controladora e o Grupo a investida até a data em que a influência significativa deixa de existir. Nas demonstrações financeiras individuais da Controladora, investimentos em controladas também são contabilizados com base no método da equivalência patrimonial. **(iii) Transações eliminadas na consolidação:** Saldos e transações intragrupo, e quaisquer receitas ou despesas não realizadas derivadas de transações intragrupo, são eliminadas. Ganhos não realizados oriundos de transações com investidas registradas por equivalência patrimonial são eliminados contra o investimento na proporção da participação do Grupo na investida. Perdas não realizadas são eliminadas da mesma maneira, exceto se ganhos não realizados, mas somente na extensão em que não haja evidência de perda por redução ao valor recuperável. **b. Moeda estrangeira:** Transações em moeda estrangeira são convertidas para as respectivas moedas funcionais da Controladora e das entidades do Grupo pelas taxas de câmbio nas datas das transações. Ativos e passivos monetários denominados e apurados em moedas estrangeiras na data do balanço são reconvertidos para a moeda funcional à taxa de câmbio naquela data. Ativos e passivos não monetários são mensurados pelo valor justo em moeda estrangeira e são reconvertidos para a moeda funcional à taxa de câmbio na data em que o valor justo foi determinado. Itens não monetários que são mensurados com base no custo histórico em moeda estrangeira são convertidos pela taxa de câmbio na data da transação. As diferenças de moedas estrangeiras resultantes da conversão são geralmente reconhecidas no resultado. **c. Segregação de curto e longo prazo:** A empresa apresenta ativos e passivos no balanço patrimonial com base na classificação circulante / não circulante. Um ativo é classificado no circulante quando: (i) se espera realizá-lo ou se pretende vendê-lo ou consumi-lo no ciclo operacional normal; (ii) o ativo é mantido principalmente para negociação; (iii) se espera realizá-lo dentro de 12 meses após o período de divulgação; ou (iv) caixa ou equivalentes de caixa, a menos que haja restrição, quando à sua troca ou seja utilizado para liquidar um passivo, pelo menos, 12 meses após o período de divulgação. Todos os demais ativos são classificados como não circulantes. Um passivo é classificado no circulante quando: (i) se espera liquidá-lo no ciclo operacional normal; (ii) for mantido principalmente para negociação; (iii) se espera realizá-lo dentro de 12 meses após o período de divulgação; ou (iv) não há direito incondicional para diferir a despesa liquidação do passivo por, pelo menos, 12 meses após o período de divulgação. A Empresa classifica todos os demais passivos no não circulante. **d. Caixa e equivalentes de caixa:** Os equivalentes de caixa são mantidos com a finalidade de atender a compromissos de caixa de curto prazo, possuem liquidez imediata, com vencimento original de 90 dias da data de contratação ou período menor e não estão sujeitos a risco de mudança de valor. **e. Receitas:** As receitas consistem principalmente em taxas de gestão e de performance sobre os ativos sob gestão dos fundos de investimento geridos pelo Grupo, bem como taxas de consultoria e de cobrança. As taxas de gestão, de performance, de consultoria e de cobrança são contabilizadas como contratos com clientes. Nesse sentido, a Controladora e o Grupo: (a) identificam os contratos com um cliente; (b) identificam as obrigações de desempenho no contrato; (c) determinam o preço da transação; (d) alocam o preço da transação para as obrigações de desempenho no contrato; e (e) reconhecem a receita quando satisfazem as obrigações de desempenho. Ao determinar o preço da transação, contraprestações variáveis são reconhecidas apenas na medida em que seja provável que uma reversão significativa no valor da receita acumulada reconhecida não ocorrerá quando a incerteza associada com a contraprestação variável for resolvida. Vide a nota explicativa nº 22 "Elementos operacionais" para uma divulgação desagregada das receitas de contratos com clientes. **6. Taxas de gestão:** A Companhia recebe taxas de gestão dos fundos de investimento, com base em uma porcentagem fixa sobre os ativos sob gestão, podendo ser representados pelo valor dos ativos líquido geridos ou pelo valor total dos ativos geridos, ou sobre o capital comprometido ou capital investido. Esses contratos com clientes exigem que a companhia forneça serviços de gestão de investimentos, o que representa uma obrigação de desempenho atendida ao longo do tempo. As taxas de gestão são uma forma de contraprestação variável, visto que variam com base nas flutuações das bases para apuração da taxa de gestão. O valor da receita geralmente é determinado ao final do período de apuração contratado, visto que essas taxas são pagas regularmente (geralmente em uma base mensal) e não estão sujeitos a estorno devido a liquidações. As taxas de gestão reconhecidas, mas não pagas, cobráveis diretamente dos fundos de investimento, são registradas em contas a receber no balanço patrimonial. A Companhia é a principal responsável pelo cumprimento dos serviços e, portanto, atua como principal nesse contrato. Como resultado, os custos desses serviços são apresentados como gastos e administrativos, e os ganhos são apresentados como ganhos e administrativos. **7. Taxas de cobrança:** A Companhia reconhece como Receitas Líquidas. **8. Taxas de performance:** As taxas de performance são obtidas com base no desempenho do fundo durante o período, sujeito ao alcance de níveis mínimos de retorno, ou marcas d'água (*hurdle rates*), de acordo com os respectivos termos estabelecidos nos acordos que regem cada fundo. As taxas de performance não são reconhecidas como receita até que (a) seja provável que não ocorrerá uma reversão significativa no valor da receita cumulativa reconhecida; ou (b) a incerteza associada com a contraprestação variável seja subsequentemente resolvida. As taxas de performance são normalmente reconhecidas como ganhos não realizados quando realizadas no final do período de apuração. Uma vez realizadas, essas taxas não estão sujeitas a reembolso ou reversão. As taxas de performance reconhecidas, mas não pagas, cobráveis diretamente dos fundos de investimento, são registradas em Contas a receber no balanço patrimonial. **9. Taxas de consultoria e cobrança** - taxas contratuais referentes, substancialmente, ao serviço prestado de cobrança e recuperação de créditos, sobretudo aqueles concedidos a empresas de *middle market* por instituições financeiras, e são consideradas contratos com clientes. Essas taxas possuem dois componentes distintos, sendo um componente de pagamento fixo pelos serviços de cobrança, e outro componente variável referente ao recebimento de uma porcentagem sobre o valor efetivamente recuperado na recuperação dos créditos. O componente de pagamento fixo é reconhecido quando a obrigação referente ao serviço de cobrança é

| Balancos individuais e consolidados Em 31 de dezembro de 2021 e 2020 (Em milhares de Reais - R\$) | | | | |
|---|------------------|----------------|---------------|----------------|
| | Nota explicativa | Consolidado | | |
| | | Controladora | 31/12/2021 | 31/12/2020 |
| Passivo e Patrimônio Líquido Circulante | | | | |
| Fornecedores | 13 | 3.784 | 744 | 3.840 |
| Empréstimos e financiamentos | 14 | 14.063 | 12 | 14.063 |
| Partes relacionadas | | 1.474 | 4.263 | 1.555 |
| Obrigações trabalhistas e previdenciárias | 17 | 8.908 | 3.961 | 8.986 |
| Obrigações tributárias | 18 | 2.214 | 978 | 12.370 |
| Arrendamentos a pagar | 16 | 1.692 | 977 | 1.692 |
| Outras obrigações a pagar | | 552 | 272 | 593 |
| Total do passivo circulante | | 32.687 | 11.207 | 43.099 |
| Não Circulante | | | | |
| Empréstimos e financiamentos | 14 | 78.936 | 48.130 | 78.936 |
| Arrendamentos a pagar | 16 | 27.470 | 11.706 | 27.470 |
| Outras obrigações | | 213 | - | 213 |
| Total do passivo não circulante | | 106.619 | 59.836 | 106.619 |
| Patrimônio Líquido | | | | |
| Capital social | 20 | 126 | 100 | 126 |
| Reservas de capital | 20 | 334.123 | 20 | 334.123 |
| Transações com sócios | | - | (102) | - |
| Reserva de lucros | 20 | 23.703 | 6.322 | 23.703 |
| Patrimônio líquido atribuível a controladora | | 357.952 | 6.340 | 357.952 |
| Participação de não controladores | | - | 37 | 494 |
| Total do patrimônio líquido | | 357.952 | 6.340 | 357.989 |
| Total do Passivo e Patrimônio Líquido | | 497.258 | 77.383 | 507.708 |

cumprida, e o componente de pagamento variável é reconhecido somente quando os acordos de recuperação de crédito são efetivamente pagos e liquidados pelos devedores, e o seu valor então é determinado de maneira confiável. As taxas de consultoria e cobrança reconhecidas, mas não pagas, cobráveis diretamente dos clientes da Controladora, são registradas em Contas a receber no balanço patrimonial individual e consolidado. **f. Benefícios a empregados: Benefícios de curto prazo a empregados:** Obrigações de benefícios de curto prazo a empregados são reconhecidas como despesas de pessoal conforme o serviço correspondente seja prestado. O passivo é reconhecido pelo montante do pagamento esperado caso a Controladora e o Grupo tenham uma obrigação presente legal ou construtiva por parte desse montante em função de serviço passado prestado pelo empregado e a obrigação possa ser estimada de maneira confiável. **g. Receitas financeiras e despesas financeiras:** As receitas e despesas financeiras da Controladora e do Grupo compreendem: • receita de juros; • despesa de juros; • receita de dividendos na Controladora; • ganhos/perdas líquidos de ativos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado; • ganhos/perdas líquidos de variação cambial sobre ativos e passivos financeiros. A receita e a despesa de juros são reconhecidas no resultado pelo método de juros efetivos. A receita de dividendos é reconhecida no resultado na data em que o direito da Controladora de receber o pagamento é estabelecido. A Controladora e o Grupo classificam juros recebidos como fluxos de caixa das atividades operacionais, e a Controladora classifica dividendos e juros sobre capital próprio recebidos como fluxos de caixa das atividades de investimento. No cálculo da receita ou da despesa de juros, a taxa de juros efetiva incide sobre o valor contábil bruto do ativo (quando o ativo não estiver com problemas de recuperação) ou do custo amortizado do passivo. No entanto, a receita de juros é calculada por meio da aplicação da taxa de juros efetiva ao custo amortizado do ativo financeiro, que apresenta problemas de recuperação depois do reconhecimento inicial. Caso o ativo não esteja mais com problemas de recuperação, o cálculo da receita de juros volta a ser feito com base no valor bruto. **h. Imposto de renda e contribuição social:** O imposto de renda e a contribuição social do exercício corrente e diferido são calculados com base nas alíquotas de 15% e 9% respectivamente, acrescidas do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente de R\$ 240 ao ano para imposto de renda, e consideram a compensação de prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social, limitada a 30% do lucro real do exercício. Para a empresa Jive Asset, tributada pelo lucro presumido é calculada com a taxa de presunção de 32% e aplicadas as mesmas alíquotas de apuração do lucro real. A empresa Claimly faz opção pelo Lucro Real, tendo as mesmas alíquotas e aplicações da Jive Investments. A despesa com imposto de renda e contribuição social compreende os impostos de renda e contribuição social correntes e diferidos. O imposto corrente e o imposto diferido são reconhecidos no resultado a menos que estejam relacionados à provisão de provisões para contingências, o que não ocorre no caso da Jive Investments. Os resultados abrangentes. Os ativos e passivos fiscais correntes e diferidos são compensados somente se certos critérios forem atendidos. **(i) Despesas de imposto de renda e contribuição social corrente:** A despesa de imposto corrente é o imposto a pagar ou a receber estimado sobre o lucro ou prejuízo tributável do exercício e qualquer ajuste aos impostos a pagar com relação aos exercícios anteriores. O montante dos impostos correntes a pagar ou a receber é reconhecido no balanço patrimonial como ativo ou passivo fiscal pela melhor estimativa do valor esperado dos impostos a serem pagos ou recebidos que reflete as incertezas relacionadas à sua apuração, se houver. Ele é mensurado com base nas taxas de impostos decretadas na data do balanço. **(ii) Despesas de imposto de renda e contribuição social diferido:** Ativos e passivos fiscais diferidos são reconhecidos com relação às diferenças temporárias entre os valores contábeis de ativos e passivos para fins de demonstrações financeiras e os usados para fins de tributação. As mudanças dos ativos e passivos fiscais diferidos no exercício são reconhecidas como despesa de imposto de renda e contribuição social diferido. O imposto diferido não é reconhecido para: diferenças temporárias sobre o reconhecimento inicial de ativos e passivos em uma transação que não tenha sido reconhecida no resultado; itens não reconhecidos no lucro ou prejuízo tributável neto; itens não reconhecidos em transações com sócios; e diferenças temporárias relacionadas a investimentos em controladas, na extensão que a Controladora e o Grupo sejam capazes de controlar o momento da reversão da diferença temporária e seja provável que a diferença temporária não será revertida em futuro previsível. Um ativo fiscal diferido é reconhecido em relação aos prejuízos fiscais e diferenças temporárias dedutíveis não utilizados, na extensão em que seja provável que lucros tributáveis futuros estarão disponíveis, contra os quais serão inicialmente reconhecidos os itens dedutíveis reconhecidos no período de reversão de tais diferenças temporárias tributáveis relevantes. Se o montante das diferenças temporárias tributáveis for insuficiente para reconhecer integralmente um ativo fiscal diferido, serão considerados os lucros tributáveis futuros, ajustados para as reversões das diferenças temporárias existentes, com base nos planos de negócios da Controladora e de suas controladas individualmente. Ativos fiscais diferidos são revisados a cada data de balanço e são reduzidos na extensão em que sua realização não seja mais provável. Ativos e passivos fiscais diferidos são mensurados com base nas alíquotas que se espera aplicar às diferenças temporárias quando elas forem revertidas, baseadas nas alíquotas que foram aplicadas até a data do balanço, e reflete a incerteza relacionada ao tributo sobre o lucro, se houver. A mensuração dos ativos e passivos fiscais diferidos reflete as consequências tributárias decorrentes da maneira sob a qual a Controladora e o Grupo esperam recuperar ou liquidar seus ativos e passivos. **i. Imobilizado: (ii) Reconhecimento e mensuração:** Itens do imobilizado são mensurados pelo custo histórico de aquisição ou construção, que inclui os custos de empréstimos capitalizados, deduzido de depreciação acumulada e quaisquer perdas atualizadas por meio de ajustes de valor. Os custos de aquisição incluem as perdas em uma transação que é objeto de reconhecimento no resultado. **(iii) Custos subsequentes:** Custos subsequentes são capitalizados apenas quando é provável que benefícios econômicos futuros associados com os gastos serão auferidos pelo Grupo. **(iii) Depreciação:** A depreciação é calculada para amortizar o custo de itens do ativo imobilizado, líquido de seus valores residuais estimados, utilizando o método linear baseado na vida útil estimada dos itens. A depreciação é reconhecida no resultado. As vidas úteis estimadas do ativo imobilizado são as seguintes:

| | |
|----------------------------|---------|
| Imóveis | 20 anos |
| Máquinas e equipamentos | 10 anos |
| Móveis e utensílios | 10 anos |
| Computadores e periféricos | 5 anos |
| Instalações | 10 anos |

Os métodos de depreciação, as vidas úteis e os valores residuais são revisados a cada data de balanço e ajustados caso seja apropriado. **j. Propriedades para investimento:** A propriedade para investimento é inicialmente mensurada pelo custo histórico de aquisição, incluindo quaisquer custos de aquisição, e o custo no valor justo não reconhecidas no resultado. Ganhos e perdas na alienação de uma propriedade para investimento (calculado pela diferença entre o valor líquido recebido na venda e o valor contábil do item) são reconhecidas no resultado. Quando uma propriedade para investimento anteriormente reconhecida como ativo imobilizado é vendida, qualquer montante reconhecido em ajuste de avaliação patrimonial é transferido para lucros acumulados. A receita de aluguel de propriedades para investimento é reconhecida como outras receitas pelo método linear ao longo do prazo do arrendamento. Os incentivos de arrendamentos concedidos são reconhecidos como parte da receita de aluguel. **k. Instrumentos financeiros: (i) Reconhecimento e mensuração inicial:** Contas a receber de clientes e os títulos de dívida adquiridos são reconhecidos inicialmente na data em que foram originados ou contratados. Todos os outros ativos e passivos financeiros são reconhecidos inicialmente quando a Controladora e o Grupo se tornam partes das disposições contratuais do instrumento. Os instrumentos financeiros são inicialmente mensurados ao valor justo, acrescido dos custos de transação diretamente atribuíveis à aquisição ou ao valor justo por meio do resultado. Os instrumentos financeiros classificados como a valor justo pelo resultado, quando os custos de transação são reconhecidos diretamente no resultado quando incorridos. As contas a receber de clientes sem um componente significativo de financiamento são mensurados inicialmente ao preço da operação. Os ativos financeiros não são reclassificados subsequentemente ao reconhecimento inicial, a não ser que a Companhia mude o modelo de negócios para a gestão de ativos financeiros. No reconhecimento inicial, um ativo financeiro é classificado como mensurado, ao custo amortizado, ao valor justo por meio do resultado (VJORA) ou ao valor justo por meio do resultado (VJR). Os passivos financeiros são classificados como mensurados ao custo amortizado ou ao VJR. **(ii) Classificação e mensuração subsequentes:** Ativos Financeiros: No reconhecimento inicial, um ativo financeiro é classificado como mensurado; ao custo amortizado; ao valor justo por outros resultados abrangentes ("VJORA") - instrumento de dívida; ao VJORA - instrumento patrimonial; ou ao valor justo por meio do resultado ("VJR"). Os ativos financeiros não são reclassificados subsequentemente ao reconhecimento inicial, a não ser que a Controladora e o Grupo mudem o modelo de negócios para a gestão de ativos financeiros. Neste caso, todos os ativos financeiros afetados são reclassificados no primeiro dia do período de apresentação posterior à mudança no modelo de negócios. Um ativo financeiro é mensurado ao custo amortizado se atender às condições a seguir e não for designado como mensurado ao VJR: é mantido dentro de um modelo de negócios cujo objetivo seja manter ativos financeiros para receber fluxos de caixa contratuais; e seus termos contratuais e seus, em datas específicas, fluxos de caixa que são relativos somente ao pagamento de principal e juros sobre o valor principal em aberto. Um instrumento de dívida é mantido ao VJORA se atender às condições a seguir e não for designado como mensurado ao VJR: é mantido dentro de um modelo de negócios cujo objetivo é atendida tanto pelo recebimento de fluxos de caixa contratuais quanto pela venda de ativos financeiros; e seus termos contratuais e seus, em datas específicas, fluxos de caixa que são apenas pagamentos de principal e juros sobre o valor principal em aberto. Todos os ativos financeiros não classificados como mensurados ao custo amortizado ou ao VJORA, conforme descrito acima, são classificados como ao VJR. Isso inclui todos os ativos financeiros derivativos (veja a nota explicativa nº 19). No reconhecimento inicial, a Controladora e o Grupo podem designar de forma irrevogável um ativo financeiro que de outra forma atenda aos requisitos para ser mensurado ao custo amortizado ou ao VJORA como ao VJR se isso eliminar ou reduzir significativamente um descausamento contábil que de outra forma surgiria. Ativos financeiros - Avaliação do modelo de negócio: A Controladora e o Grupo realizam uma avaliação do objetivo do modelo de negócios em que um ativo financeiro é mantido em carteira porque isso reflete melhor a maneira pela qual o ativo é gerido e as informações são fornecidas à Administração. As informações contábeis incluem as políticas e objetivos estabelecidos para a carteira e o funcionamento prático dessas políticas. Eles incluem a questão de saber se a estratégia da Administração tem como foco a obtenção de receitas de juros contratuais, a manutenção de um determinado perfil de taxa de juros, a correspondência entre a duração dos ativos financeiros e a duração de passivos relacionados ou saídas esperadas de caixa, ou a realização de fluxos de caixa por meio da venda de ativos; como o desempenho da carteira é avaliado e reportado à Administração da Controladora e do Grupo; os riscos que afetam o desempenho do modelo de negócios (e o ativo financeiro mantido naquele modelo de negócios); e a maneira como aqueles riscos são gerenciados, como os ganhos do negócio são remunerados - por exemplo, se a remuneração é baseada no valor justo dos ativos geridos ou nos fluxos de caixa contratuais obtidos; e a frequência, o volume e o momento das vendas de ativos financeiros nos períodos anteriores, os motivos de tais vendas e suas expectativas sobre vendas futuras. As transferências de ativos financeiros para terceiros em transações que não se qualificam para o desreconhecimento não são consideradas vendas, de maneira consistente com o reconhecimento de vendas de ativos financeiros, incluindo as políticas e objetivos estabelecidos para a carteira e o funcionamento prático dessas políticas. Eles incluem a questão de saber se a estratégia da Administração tem como foco a obtenção de receitas de juros contratuais, a manutenção de um determinado perfil de taxa de juros, a correspondência entre a duração dos ativos financeiros e a duração de passivos relacionados ou saídas esperadas de caixa, ou a realização de fluxos de caixa por meio da venda de ativos; como o desempenho da carteira é avaliado e reportado à Administração da Controladora e do Grupo; os riscos que afetam o desempenho do modelo de negócios (e o ativo financeiro mantido naquele modelo de negócios); e a maneira como aqueles riscos são gerenciados, como os ganhos do negócio são remunerados - por exemplo, se a remuneração é baseada no valor justo dos ativos geridos ou nos fluxos de caixa contratuais obtidos; e a frequência, o volume e o momento das vendas de ativos financeiros nos períodos anteriores, os motivos de tais vendas e suas expectativas sobre vendas futuras. As transferências de ativos financeiros para terceiros em transações que não se qualificam para o desreconhecimento não são consideradas vendas, de maneira consistente com o reconhecimento de vendas de ativos financeiros, incluindo as políticas e objetivos estabelecidos para a carteira e o funcionamento prático dessas políticas. Eles incluem a questão de saber se a estratégia da Administração tem como foco a obtenção de receitas de juros contratuais, a manutenção de um determinado perfil de taxa de juros, a correspondência entre a duração dos ativos financeiros e a duração de passivos relacionados ou saídas esperadas de caixa, ou a realização de fluxos de caixa por meio da venda de ativos; como o desempenho da carteira é avaliado e reportado à Administração da Controladora e do Grupo; os riscos que afetam o desempenho do modelo de negócios (e o ativo financeiro mantido naquele modelo de negócios); e a maneira como aqueles riscos são gerenciados, como os ganhos do negócio são remunerados - por exemplo, se a remuneração é baseada no valor justo dos ativos geridos ou nos fluxos de caixa contratuais obtidos; e a frequência, o volume e o momento das vendas de ativos financeiros nos períodos anteriores, os motivos de tais vendas e suas expectativas sobre vendas futuras. As transferências de ativos financeiros para terceiros em transações que não se qualificam para o desreconhecimento não são consideradas vendas, de maneira consistente com o reconhecimento de vendas de ativos financeiros, incluindo as políticas e objetivos estabelecidos para a carteira e o funcionamento prático dessas políticas. Eles incluem a questão de saber se a estratégia da Administração tem como foco a obtenção de receitas de juros contratuais, a manutenção de um determinado perfil de taxa de juros, a correspondência entre a duração dos ativos financeiros e a duração de passivos relacionados ou saídas esperadas de caixa, ou a realização de fluxos de caixa por meio da venda de ativos; como o desempenho da carteira é avaliado e reportado à Administração da Controladora e do Grupo; os riscos que afetam o desempenho do modelo de negócios (e o ativo financeiro mantido naquele modelo de negócios); e a maneira como aqueles riscos são gerenciados, como os ganhos do negócio são remunerados - por exemplo, se a remuneração é baseada no valor justo dos ativos geridos ou nos fluxos de caixa contratuais obtidos; e a frequência, o volume e o momento das vendas de ativos financeiros nos períodos anteriores, os motivos de tais vendas e suas expectativas sobre vendas futuras. As transferências de ativos financeiros para terceiros em transações que não se qualificam para o desreconhecimento não são consideradas vendas, de maneira consistente com o reconhecimento de vendas de ativos financeiros, incluindo as políticas e objetivos estabelecidos para a carteira e o funcionamento prático dessas políticas. Eles incluem a questão de saber se a estratégia da Administração tem como foco a obtenção de receitas de juros contratuais, a manutenção de um determinado perfil de taxa de juros, a correspondência entre a duração dos ativos financeiros e a duração de passivos relacionados ou saídas esperadas de caixa, ou a realização de fluxos de caixa por meio da venda de ativos; como o desempenho da carteira é avaliado e reportado à Administração da Controladora e do Grupo; os riscos que afetam o desempenho do modelo de negócios (e o ativo financeiro mantido naquele modelo de negócios); e a maneira como aqueles riscos são gerenciados, como os ganhos do negócio são remunerados - por exemplo, se a remuneração é baseada no valor justo dos ativos geridos ou nos fluxos de caixa contratuais obtidos; e a frequência, o volume e o momento das vendas de ativos financeiros nos períodos anteriores, os motivos de tais vendas e suas expectativas sobre vendas futuras. As transferências de ativos financeiros para terceiros em transações que não se qualificam para o desreconhecimento não são consideradas vendas, de maneira consistente com o reconhecimento de vendas de ativos financeiros, incluindo as políticas e objetivos estabelecidos para a carteira e o funcionamento prático dessas políticas. Eles incluem a questão de saber se a estratégia da Administração tem como foco a obtenção de receitas de juros contratuais, a manutenção de um determinado perfil de taxa de juros, a correspondência entre a duração dos ativos financeiros e a duração de passivos relacionados ou saídas esperadas de caixa, ou a realização de fluxos de caixa por meio da venda de ativos; como o desempenho da carteira é avaliado e reportado à Administração da Controladora e do Grupo; os riscos que afetam o desempenho do modelo de negócios (e o ativo financeiro mantido naquele modelo de negócios); e a maneira como aqueles riscos são gerenciados, como os ganhos do negócio são remunerados - por exemplo, se a remuneração é baseada no valor justo dos ativos geridos ou nos fluxos de caixa contratuais obtidos; e a frequência, o volume e o momento das vendas de ativos financeiros nos períodos anteriores, os motivos de tais vendas e suas expectativas sobre vendas futuras. As transferências de ativos financeiros para terceiros em transações que não se qualificam para o desreconhecimento não são consideradas vendas, de maneira consistente com o reconhecimento de vendas de ativos financeiros, incluindo as políticas e objetivos estabelecidos para a carteira e o funcionamento prático dessas políticas. Eles incluem a questão de saber se a estratégia da Administração tem como foco a obtenção de receitas de juros contratuais, a manutenção de um determinado perfil de taxa de juros, a correspondência entre a duração dos ativos financeiros e a duração de passivos relacionados ou saídas esperadas de caixa, ou a realização de fluxos de caixa por meio da venda de ativos; como o desempenho da carteira é avaliado e reportado à Administração da Controladora e do Grupo; os riscos que afetam o desempenho do modelo de negócios (e o ativo financeiro mantido naquele modelo de negócios); e a maneira como aqueles riscos são gerenciados, como os ganhos do negócio são remunerados - por exemplo, se a remuneração é baseada no valor justo dos ativos geridos ou nos fluxos de caixa contratuais obtidos; e a frequência, o volume e o momento das vendas de ativos financeiros nos períodos anteriores, os motivos de tais vendas e suas expectativas sobre vendas futuras. As transferências de ativos financeiros para terceiros em transações que não se qualificam para o desreconhecimento não são consideradas vendas, de maneira consistente com o reconhecimento de vendas de ativos financeiros, incluindo as políticas e objetivos estabelecidos para a carteira e o funcionamento prático dessas políticas. Eles incluem a questão de saber se a estratégia da Administração tem como foco a obtenção de receitas de juros contratuais, a manutenção de um determinado perfil de taxa de juros, a correspondência entre a duração dos ativos financeiros e a duração de passivos relacionados ou saídas esperadas de caixa, ou a realização de fluxos de caixa por meio da venda de ativos; como o desempenho da carteira é avaliado e reportado à Administração da Controladora e do Grupo; os riscos que afetam o desempenho do modelo de negócios (e o ativo financeiro mantido naquele modelo de negócios); e a maneira como aqueles riscos são gerenciados, como os ganhos do negócio são remunerados - por exemplo, se a remuneração é baseada no valor justo dos ativos geridos ou nos fluxos de caixa contratuais obtidos; e a frequência, o volume e o momento das vendas de ativos financeiros nos períodos anteriores, os motivos de tais vendas e suas expectativas sobre vendas futuras. As transferências de ativos financeiros para terceiros em transações que não se qualificam para o desreconhecimento não são consideradas vendas, de maneira consistente com o reconhecimento de vendas de ativos financeiros, incluindo as políticas e objetivos estabelecidos para a carteira e o funcionamento prático dessas políticas. Eles incluem a questão de saber se a estratégia da Administração tem como foco a obtenção de receitas de juros contratuais, a manutenção de um determinado perfil de taxa de juros, a correspondência entre a duração dos ativos financeiros e a duração de passivos relacionados ou saídas esperadas de caixa, ou a realização de fluxos de caixa por meio da venda de ativos; como o desempenho da carteira é avaliado e reportado à Administração da Controladora e do Grupo; os riscos que afetam o desempenho do modelo de negócios (e o ativo financeiro mantido naquele modelo de negócios); e a maneira como aqueles riscos são gerenciados, como os ganhos do negócio são remunerados - por exemplo, se a remuneração é baseada no valor justo dos ativos geridos ou nos fluxos de caixa contratuais obtidos; e a frequência, o volume e o momento das vendas de ativos financeiros nos períodos anteriores, os motivos de tais vendas e suas expectativas sobre vendas futuras. As transferências de ativos financeiros para terceiros em transações que não se qualificam para o desreconhecimento não são consideradas vendas, de maneira consistente com o reconhecimento de vendas de ativos financeiros, incluindo as políticas e objetivos estabelecidos para a carteira e o funcionamento prático dessas políticas. Eles incluem a questão de saber se a estratégia da Administração tem como foco a obtenção de receitas de juros contratuais, a manutenção de um determinado perfil de taxa de juros, a correspondência entre a duração dos ativos financeiros e a duração de passivos relacionados ou saídas esperadas de caixa, ou a realização de fluxos de caixa por meio da venda de ativos; como o desempenho da carteira é avaliado e reportado à Administração da Controladora e do Grupo; os riscos que afetam o desempenho do modelo de negócios (e o ativo financeiro mantido naquele modelo de negócios); e a maneira como aqueles riscos são gerenciados, como os ganhos do negócio são remunerados - por exemplo, se a remuneração é baseada no valor justo dos ativos geridos ou nos fluxos de caixa contratuais obtidos; e a frequência, o volume e o momento das vendas de ativos financeiros nos períodos anteriores, os motivos de tais vendas e suas expectativas sobre vendas futuras. As transferências de ativos financeiros para terceiros em transações que não se qualificam para o desreconhecimento não são consideradas vendas, de

...Continuação

eventos de inadimplimento ao longo da vida esperada do instrumento financeiro. - As perdas de crédito esperadas para 12 meses são perdas de crédito que resultam de possíveis eventos de inadimplência dentro de 12 meses após a data do balanço (ou em um período mais curto, caso a vida esperada do instrumento seja menor do que 12 meses). O período máximo considerado na estimativa de perda de crédito esperada é o período contratual máximo durante o qual o contrato está exposto ao risco de crédito. Mensuração das perdas de crédito esperadas: As perdas de crédito esperadas são estimativas ponderadas pela probabilidade de perdas de crédito. As perdas de crédito são mensuradas a valor presente com base em todas as insuficiências de caixa (ou seja, a diferença entre os fluxos de caixa devidos à Companhia de acordo com o contrato e os fluxos de caixa que a companhia espera receber). As perdas de crédito esperadas são descontadas pela taxa de juros efetiva do ativo financeiro. **K. Capital social: (f) Ações ordinárias:** As ações ordinárias da Controladora foram avaliadas quanto às suas características e são consideradas instrumentos patrimoniais. Custos adicionais diretamente atribuíveis à emissão de ações são reconhecidos como reduções do patrimônio líquido. Efeitos de impostos relacionados aos custos dessas transações estão contabilizados conforme o CPC 32 - Tributos sobre o lucro e o IAS 12 - Income taxes. (vide nota explicativa nº 21). **L. Redução ao valor recuperável (Impairment): Ativos não financeiros:** Em cada data de reporte, a Controladora e o Grupo revisam os valores contábeis de seus ativos não financeiros para apurar se há indicação de perda ao valor recuperável. Caso ocorra alguma indicação, o valor recuperável do ativo é estimado. No caso do ativo, o valor recuperável é testado anualmente. Para testes de redução ao valor recuperável, os ativos são agrupados em Unidades Geradoras de Caixa (UGC), ou seja, no menor grupo possível de ativos que gera entradas de caixa pelo seu uso contínuo, entradas essas que são em grande parte independentes das entradas de caixa de outros ativos ou UGCs. O ágio de combinações de negócios é alocado às UGCs ou grupos de UGCs que se espera que irão se beneficiar das sinergias da combinação. O valor recuperável de um ativo ou UGC é o maior entre o seu valor em uso e o seu valor justo menos custos para vender. O valor em uso é baseado em fluxos de caixa futuros estimados, descontados a valor presente usando uma taxa de desconto antes dos impostos que reflete as avaliações atuais de mercado do valor do direito de acesso ao investimento, o valor justo se dá pelo preço de transação. Desta forma, este investimento em 2021 está avaliado por custo. Não foi realizado impairment para o exercício de 2021. **Investimentos avaliados por equivalência patrimonial:** As demonstrações financeiras consolidadas incluem as operações consolidadas da Jive Investments e de suas controladas e coligadas. Segue abaixo a participação da Companhia, em cotas, nas suas controladas e coligadas:

10. Investimentos: Composição dos investimentos:

| | Controladora | | Consolidado | |
|--|--------------|------------|-------------|------------|
| | 31/12/2021 | 31/12/2020 | 31/12/2021 | 31/12/2020 |
| Investimentos em participações avaliados pelo método da equivalência patrimonial | 67.468 | 16.366 | - | - |
| Investimentos em participações avaliados pelo custo (*) | 8.382 | - | 8.382 | - |
| | 78.850 | 16.366 | 8.382 | - |

(*) Em 22 de novembro de 2021 a companhia adquiriu participação minoritária através de ações de série A, que equivalem a 3,75% da companhia Moss Amazona, situada nas Ilhas Cayman. De acordo com o contrato firmado e evidências da operação, o Grupo não possui influência significativa ou controle da investida. Na prática de gestão do investimento, o valor justo se dá pelo preço de transação. Desta forma, este investimento em 2021 está avaliado por custo. Não foi realizado impairment para o exercício de 2021. **Investimentos avaliados por equivalência patrimonial:** As demonstrações financeiras consolidadas incluem as operações consolidadas da Jive Investments e de suas controladas e coligadas. Segue abaixo a participação da Companhia, em cotas, nas suas controladas e coligadas:

| | Jive Asset Gestão de Recursos Ltda. | | Claimly Serviços e Desenvolvimento S.A. | | SP Ventures Gestora de Recursos Ltda. (*) | |
|---------------------------------------|-------------------------------------|------------|---|------------|---|------------|
| | 31/12/2021 | 31/12/2020 | 31/12/2021 | 31/12/2020 | 31/12/2021 | 31/12/2020 |
| Ativo | 67.927 | 9.989 | 20.269 | - | 4.015 | - |
| Passivo | 10.321 | 92 | 3.409 | - | 1.063 | - |
| Patrimônio Líquido | 57.606 | 9.898 | 16.860 | - | 2.952 | - |
| Resultado líquido | 67.927 | 9.989 | 20.269 | - | 4.015 | - |
| Participação acionária - % | 71.888 | (102) | 47.638 | - | 1.214 | - |
| Valor do investimento | 99.9363% | 100% | 97,07% | - | 29,77% | - |
| Resultado de equivalência patrimonial | 57.570 | 9.898 | 16.366 | - | - | - |
| | 71.842 | (102) | 46.242 | - | 361 | - |

(*) Os dados de balanço da SP Ventures Gestora de Recursos Ltda são de outubro de 2020, mês em que a Companhia encerrou sua participação, mas teve o resultado de equivalência patrimonial até esse período. **Movimentação dos investimentos:**

| | Jive Asset Gestão de Recursos Ltda. | | Claimly Serviços e Desenvolvimento S.A. | | SP Ventures Gestora de Recursos Ltda. (*) | |
|---|-------------------------------------|------------|---|------------|---|------------|
| | 31/12/2021 | 31/12/2020 | 31/12/2021 | 31/12/2020 | 31/12/2021 | 31/12/2020 |
| Saldos em 31 de dezembro de 2019 | 11.214 | - | 517 | 11.731 | - | - |
| Resultado de equivalência patrimonial | 46.246 | - | 362 | 46.608 | - | - |
| Dividendos recebidos | (26.375) | - | - | (26.375) | - | - |
| Baixa de investimentos (**) | (14.719) | - | (879) | (879) | - | - |
| Perda com investimento (*) | - | - | - | (14.719) | - | - |
| Saldos em 31 de dezembro de 2020 | 16.366 | - | - | 16.366 | - | - |
| Investimento | 14.937 | 10.000 | - | 24.937 | - | - |
| Resultado de equivalência patrimonial | 71.842 | (102) | - | 71.740 | - | - |
| Dividendos recebidos | (11.000) | - | - | (11.000) | - | - |
| Ganho com investimentos | - | - | - | - | - | - |
| Perda com investimento (*) | (34.575) | - | - | (34.575) | - | - |
| Saldos em 31 de dezembro de 2021 | 57.570 | 9.898 | - | 67.468 | - | - |

(*) Perda com investimento ocorrida pela distribuição de dividendos desproporcional entre os sócios das Controladas e coligadas. (**) Baixa de investimento mediante entrega de participações aos sócios da Companhia como pagamento de partes de dividendos.

11. Propriedades para investimento: Durante o exercício de 2021 a companhia adquiriu 4 lajes no empreendimento imobiliário da Av. Brigadeiro Faria Lima, 1485, São Paulo - SP, as quais foram destinadas a Propriedades para Investimento. Dada a data de aquisição e procedimentos adotados, incluindo avaliação independente do valor dos imóveis, não existem diferenças materiais entre o valor justo e o valor de custo da transação no exercício findo em 31 de dezembro de 2021.

12. Imobilizado: O imobilizado está basicamente composto por itens que compõem o escritório do Grupo, conforme apresentado abaixo:

a) Composição do saldo

| | Controladora | | Consolidado | |
|---------------------------------------|-------------------------------------|--------------------|-----------------------|------------|
| | 31/12/2021 | 31/12/2020 | 31/12/2021 | 31/12/2020 |
| | Taxa média anual de depreciação - % | Custo de aquisição | Depreciação acumulada | Total |
| Edifícios | 25 | 15.110 | (111) | 14.999 |
| Máquinas e equipamentos | 10 | 1.124 | (92) | 1.032 |
| Instalações | 20 | 2.186 | (346) | 1.841 |
| Móveis e utensílios | 10 | 1.701 | (598) | 1.103 |
| Computadores e periféricos | 20 | 3.011 | (811) | 2.199 |
| Beneficiários em imóveis de terceiros | (*) | 2.750 | (1.676) | 1.074 |
| Arrendamento - direito de uso aluguel | (*) | 31.948 | (3.193) | 28.755 |
| Total | | 57.830 | (6.827) | 51.004 |

b) Movimentação dos imobilizados:

| | Controladora | | Consolidado | |
|---------------------------------------|-------------------------------------|--------------------|-----------------------|------------|
| | 31/12/2021 | 31/12/2020 | 31/12/2021 | 31/12/2020 |
| | Taxa média anual de depreciação - % | Custo de aquisição | Depreciação acumulada | Total |
| Edifícios | 25 | 15.110 | (111) | 14.999 |
| Máquinas e equipamentos | 10 | 1.133 | (98) | 1.035 |
| Instalações | 20 | 2.186 | (346) | 1.841 |
| Móveis e utensílios | 10 | 1.701 | (598) | 1.103 |
| Computadores e periféricos | 20 | 3.011 | (811) | 2.199 |
| Beneficiários em imóveis de terceiros | 20 | 2.750 | (1.676) | 1.074 |
| Arrendamento - direito de uso aluguel | (*) | 31.948 | (3.193) | 28.755 |
| Total | | 57.839 | (6.833) | 51.006 |

Saldo anterior

| | 31/12/2021 | 31/12/2020 | 31/12/2021 | 31/12/2020 |
|---------------------------------------|------------|------------|------------|------------|
| Saldo anterior | 17.854 | 11.627 | 17.857 | 11.632 |
| Adições | - | - | - | - |
| Imóveis (*) | 15.110 | - | 15.110 | - |
| Arrendamento - direito de uso aluguel | 6 | 2.093 | 6 | 2.093 |
| Móveis e utensílios | 120 | 686 | 120 | 686 |
| Máquinas e equipamentos | 621 | 474 | 621 | 474 |
| Computadores e periféricos | 1.406 | 1.263 | 1.399 | 1.263 |
| Beneficiários | 18 | 1.370 | 18 | 1.370 |
| Total das adições | 17.281 | 5.886 | 17.274 | 5.886 |
| Adições arrendamento bens de uso (**) | 18.760 | 148 | 18.760 | 147 |
| Arrendamento - direito de uso aluguel | 1.934 | 1.934 | 1.934 | 1.934 |
| Depreciação | (2.890) | (1.741) | (2.884) | (1.742) |
| Total | 51.004 | 17.854 | 51.006 | 17.857 |

(*) Durante o exercício de 2021 a companhia exerceu sua preferência ao fim do contrato de locação e adquiriu a laje que ocupa no 17º andar da Av. Brigadeiro Faria Lima, 1485. (**) Durante o exercício de 2021 a companhia repactuou seu contrato de locação dos 18º e 19º andar, lajes que ocupa na Av. Brigadeiro Faria Lima, 1485, para adequação a valor de mercado e extensão da ocupação, que agora se encontra em processo de licitação.

Indicadores

| | Controladora | | Consolidado | |
|---|-----------------|---------------|----------------|-----------------|
| | 31/12/2021 | 31/12/2020 | 31/12/2021 | 31/12/2020 |
| | Quanto de Cotas | Cenário atual | Cenário II 50% | Cenário II -50% |
| Fundo Itaú Soberano Simples Fic | 87.322,02 | 50,9285 | 4.447 | 63,6606 |
| Fundo Real Strategy | 30.850.000,00 | 0,9924 | 30.615 | 1,2405 |
| Fundo FIC I FIM CP | 41.681.000,00 | 1,0215 | 42.579 | 1,2769 |
| Fundo de Investimento Imobiliário - FIJ I | 70.460.110,00 | 1,9944 | 1.477 | 10,6645 |
| JIF Fundo de Renda - FIC FIDC | 215.667,64 | 101,3185 | 21.851 | 126,6481 |

(ii) Gestão do risco de taxa de câmbio: Contas a receber em moeda estrangeira são basicamente avaliadas pelo método de custos em dólar. Os custos em dólar são cobrados em reais, o que resulta em ganhos de repassagem em dólar e o recebimento desse valor ocorre em até cinco dias com o câmbio travado, portanto não há risco cambial nessa modalidade de recebimento. Para os fundos offshore são cobradas taxa de gestão em dólar, para o ano de 2021 representa US\$ 759 (2020 US\$ 1.178) e esse valor está exposto à variação cambial e a administração entende que não há necessidade de mecanismo de proteção a possíveis variações cambiais por considerar de curtíssimo prazo para seu recebimento. **(iii) Análise de sensibilidade:** O valor de exposição ao dólar é de US\$ 759 referente a contas a receber do Fundo III que em 31/12/2021 (US\$ 1.178 em 2020) corresponde a R\$ 4.236 (R\$ 6.121 em 2020).

Análise de sensibilidade (Dólar)

| | Qtde Preço Médio | Cotação | | | | Impacto no resultado |
|-------------------------|------------------|------------|----------------|-----------------|-----------------|----------------------|
| | | 31/12/2021 | Cenário I -25% | Cenário II -10% | Cenário III 10% | |
| Exposição Cambial (USD) | 759 | 5.805 | 4.1854 | 5.0225 | 6.1386 | 6,9756 |
| | | (1.059) | (424) | 424 | 1.059 | |

(iv) Gestão de risco de crédito: Caixa e equivalentes de caixa: a fim de minimizar o risco de crédito são adotadas políticas de investimentos em instituições financeiras considerando-se os limites monetários e as avaliações das instituições financeiras, os quais são constantemente atualizados. Os principais ativos que estão sujeitos ao risco de crédito são as contas a receber. A Companhia entende que os valores apresentados nas informações contábeis são razoáveis aos riscos de crédito correspondentes. **(v) Gestão de risco de liquidez:** A gestão prudente do risco de liquidez implica manter disponibilidades de captação por meio de linhas de crédito comprometidas e capacidade de liquidar posições de mercado. A administração monitora as previsões contínuas das exigências de liquidez das empresas para assegurar que haja caixa suficiente para atender às necessidades operacionais. Na tabela a seguir, o saldo de compromissos apresenta giro em até 30 dias, prazo médio de pagamento, e o saldo de empréstimos e financiamentos até 1 ano, por se tratar de valores de financiamento de capital de giro - conta garantida:

| | Controladora | | Consolidado | |
|------------------------------|----------------|---------------------------|-------------|--------------|
| | 31/12/2021 | 31/12/2020 | 31/12/2021 | 31/12/2020 |
| | Saldo Contábil | Fluxo de caixa Contratual | Até 1 ano | Até 2-3 anos |
| Operação | | | | |
| Fornecedores | 3.784 | 3.784 | 3.784 | - |
| Empréstimos e financiamentos | 92.999 | 139.225 | 9.600 | 62.706 |
| Partes relacionadas | 98.256 | 143.482 | 14.857 | 62.706 |
| | | | | |
| | Saldo Contábil | Fluxo de caixa Contratual | Até 1 ano | Até 2-3 anos |
| Operação | | | | |
| Fornecedores | 3.840 | 3.840 | 3.840 | - |
| Empréstimos e financiamentos | 92.999 | 139.225 | 9.600 | 62.706 |
| Partes relacionadas | 1.555 | 1.555 | 1.555 | - |
| Arrendamento | 98.394 | 143.620 | 14.857 | 62.706 |
| Total | | | | |

O fluxo de caixa foi avaliado seguindo as taxas praticadas no mercado com liquidações nas datas de vencimento contratuais.

16. Arrendamentos: Em 31 de dezembro de 2021, a Controladora e o Grupo possuíam 2 contratos de locação firmados com terceiros, referente ao centro administrativo. Esses contratos se enquadram no regime de arrendamento mercantil operacional. Durante o exercício de 2021 em dois contratos de locação foi encerrado mediante aquisição da laje, e um novo contrato de locação foi firmado e o resultado residual foi repactuado, em novas condições comerciais. Os contratos de locação não prevêm despesa de aluguel variável, o valor é atualizado anualmente por índice representativo da inflação IGP-M, com prazos de duração média de cinco anos, sujeitos à renovação. Foram consideradas na elaboração dos pagamentos de arrendamento o tempo máximo de renovação, com fim do contrato previsto para 2029. Os compromissos futuros oriundos dos contratos vigentes, estão demonstrados a seguir:

| | Controladora e Consolidado | |
|---|----------------------------|------------|
| | 31/12/2021 | 31/12/2020 |
| Balanço | 28.755 | 11.501 |
| Direito de uso | 29.162 | 12.683 |
| Arrendamento - direito de uso (passivo) | - | - |
| Os saldos e a movimentação dos ativos de direito de uso no período são: | | |

| | Controladora | | Consolidado | |
|---|--------------|------------|-------------|------------|
| | 31/12/2021 | 31/12/2020 | 31/12/2021 | 31/12/2020 |
| Ativo direito de uso | | | | |
| Saldo inicial | 26.718 | 147 | 26.718 | 147 |
| Adições | (7.958) | - | (7.958) | - |
| Baixas | - | 1.934 | - | 1.934 |
| Remensuração | (1.505) | (1.011) | (1.505) | (1.011) |
| Amortização | 28.755 | 11.501 | 28.755 | 11.501 |
| Saldo em 31 de dezembro | 18.260 | 147 | 18.260 | 147 |
| Os saldos e a movimentação dos passivos de direito de uso nos exercícios são: | | | | |

Passivo de arrendamento

| | Controladora | | Consolidado | |
|----------------------------------|--------------|------------|-------------|------------|
| | 31/12/2021 | 31/12/2020 | 31/12/2021 | 31/12/2020 |
| Saldo inicial | 12.683 | 11.131 | 12.683 | 11.131 |
| Adições | 26.683 | 147 | 26.683 | 147 |
| Baixas | (9.226) | - | (9.226) | - |
| Remensuração | 1.475 | 1.934 | 1.475 | 1.934 |
| Encargos financeiros apropriados | (1.016) | (566) | (1.016) | (566) |
| Pagamento do principal | (1.437) | (1.103) | (1.437) | (1.103) |
| Pagamento de juros | 29.162 | 12.683 | 29.162 | 12.683 |
| Saldo em 31 de dezembro | 28.755 | 12.683 | 28.755 | 12.683 |

O cronograma de pagamentos dos saldos de arrendamentos está demonstrado a seguir:

| | Controladora e Consolidado | |
|----------------------------|----------------------------|------------|
| | 31/12/2021 | 31/12/2020 |
| Fluxo de pagamentos | | |
| De 2 a 3 anos | 1.773 | 2.193 |
| De 4 a 5 anos | 4.469 | 2.659 |
| De 6 a 7 anos | 5.468 | 3.252 |
| Acima de 7 anos | 13.752 | 3.601 |
| Total | 29.162 | 12.683 |

A movimentação das contas de resultado do exercício para os arrendamentos foi demonstrada a seguir:

| | Controladora e Consolidado | |
|---|----------------------------|------------|
| | 31/12/2021 | 31/12/2021 |
| Despesas com Depreciação do ativo | 1.504 | 1.011 |
| Despesas com Encargos financeiros apropriados | 2.177 | 1.140 |
| Pis/Colinas | (174) | (113) |
| Total das Despesas | 3.507 | 2.038 |

17. Obrigações trabalhistas e previdenciárias:

| | Controladora | | Consolidado | |
|--------------------|--------------|------------|-------------|------------|
| | 31/12/2021 | 31/12/2020 | 31/12/2021 | 31/12/2020 |
| Salários | 811 | 1.790 | 811 | 1.790 |
| Pró-labore | 18 | 11 | 62 | 14 |
| Bônus | 4.454 | 514 | 4.454 | 514 |
| FGTS | 183 | 25 | 183 | 25 |
| INSS | 605 | 749 | 617 | 750 |
| IRRF | 507 | 900 | 530 | 177 |
| Provisão de férias | 2.269 | 1.146 | 2.269 | 1.146 |
| Outras | 62 | - | 62 | - |
| Total | 8.908 | 3.961 | 8.986 | 3.966 |

...Continuação

As perdas de crédito esperadas para 12 meses são perdas de crédito que resultam de possíveis eventos de inadimplência dentro de 12 meses após a data do balanço (ou em um período mais curto, caso a vida esperada do instrumento seja menor do que 12 meses). O período máximo considerado na estimativa de perda de crédito esperada é o período contratual máximo durante o qual o contrato está exposto ao risco de crédito. Mensuração das perdas de crédito esperadas: As perdas de crédito esperadas são estimativas ponderadas pela probabilidade de perdas de crédito. As perdas de crédito são mensuradas a valor presente com base em todas as insuficiências de caixa (ou seja, a diferença entre os fluxos de caixa devidos à Companhia de acordo com o contrato e os fluxos de caixa que a companhia espera receber). As perdas de crédito esperadas são descontadas pela taxa de juros efetiva do ativo financeiro. **K. Capital social: (f) Ações ordinárias:** As ações ordinárias da Controladora foram avaliadas quanto às suas características e são consideradas instrumentos patrimoniais. Custos adicionais diretamente atribuíveis à emissão de ações são reconhecidos como reduções do patrimônio líquido. Efeitos de impostos relacionados aos custos dessas transações estão contabilizados conforme o CPC 32 - Tributos sobre o lucro e o IAS 12 - Income taxes. (vide nota explicativa nº 21). **L. Redução ao valor recuperável (Impairment): Ativos não financeiros:** Em cada data de reporte, a Controladora e o Grupo revisam os valores contábeis de seus ativos não financeiros para apurar se há indicação de perda ao valor recuperável. Caso ocorra alguma indicação, o valor recuperável do ativo é estimado. No caso do ativo, o valor recuperável é testado anualmente. Para testes de redução ao valor recuperável, os ativos são agrupados em Unidades Geradoras de Caixa (UGC), ou seja, no menor grupo possível de ativos que gera entradas de caixa pelo seu uso contínuo, entradas essas que são em grande parte independentes das entradas de caixa de outros ativos ou UGCs. O ágio de combinações de negócios é alocado às UGCs ou grupos de UGCs que se espera que irão se beneficiar das sinergias da combinação. O valor recuperável de um ativo ou UGC é o maior entre o seu valor em uso e o seu valor justo menos custos para vender. O valor em uso é baseado em fluxos de caixa futuros estimados, descontados a valor presente usando uma taxa de desconto antes dos impostos que reflete as avaliações atuais de mercado do valor do direito de acesso ao investimento, o valor justo se dá pelo preço de transação. Desta forma, este investimento em 2021 está avaliado por custo. Não foi realizado impairment para o exercício de 2021. **Investimentos avaliados por equivalência patrimonial:** As demonstrações financeiras consolidadas incluem as operações consolidadas da Jive Investments e de suas controladas e coligadas. Segue abaixo a participação da Companhia, em cotas, nas suas controladas e coligadas:

10. Investimentos: Composição dos investimentos:

| | Controladora | | Consolidado | |
|--|--------------|------------|-------------|------------|
| | 31/12/2021 | 31/12/2020 | 31/12/2021 | 31/12/2020 |
| Investimentos em participações avaliados pelo método da equivalência patrimonial | 67.468 | 16.366 | - | - |
| Investimentos em participações avaliados pelo custo (*) | 8.382 | - | 8.382 | - |
| | 78.850 | 16.366 | 8.382 | - |

(*) Em 22 de novembro de 2021 a companhia adquiriu participação minoritária através de ações de série A, que equivalem a 3,75% da companhia Moss Amazona, situada nas Ilhas Cayman. De acordo com o contrato firmado e evidências da operação, o Grupo não possui influência significativa ou controle da investida. Na prática de gestão do investimento, o valor justo se dá pelo preço de transação. Desta forma

...Continuação

| | 2021 | | | 2020 | | |
|-----------------------------------|---------------|---------------|---------------|---------------|---------------|---------------|
| | Consultoria | Gestão | Total | Consultoria | Gestão | Total |
| Despesas operacionais | | | | | | |
| Despesas gerais e administrativas | (26.051) | (44.698) | (70.749) | (13.420) | (24.977) | (38.397) |
| Resultado operacional | 25.582 | 43.891 | 69.473 | 13.384 | 29.334 | 42.718 |
| Em relação ao ano anterior | 91,1% | 49,6% | 62,6% | 4,1% | -11,6% | -7,2% |

No ano de 2021 em relação a 2020 houve crescimento no Resultado operacional de 91,1% no segmento de Consultoria (crescimento de 4,1% em 2020 em relação a 2019) e um acréscimo de 49,6% no segmento de Gestão (decréscimo de 11,6% em 2020 em relação a 2019).

23. Receita operacional líquida: A Receita de Prestação de Serviços está substancialmente representada por serviços de cobrança de direitos creditórios e gestão de fundos próprios e de terceiros, conforme descrito abaixo:

| | Controladora | | Consolidado | |
|----------------------------|--------------|------------|-------------|------------|
| | 31/12/2021 | 31/12/2020 | 31/12/2021 | 31/12/2020 |
| Taxa de gestão | - | - | 72.298 | 39.643 |
| Taxa de performance | - | - | 21.187 | 17.511 |
| Taxa de serviços | 59.358 | 31.326 | 59.358 | 31.326 |
| Receita bruta | 59.358 | 31.326 | 152.843 | 88.480 |
| Deduções da receita bruta: | | | | |
| COFINS | (4.048) | (2.265) | (6.535) | (3.662) |
| PIS | (879) | (492) | (1.419) | (795) |
| ISS | (2.797) | (1.765) | (4.667) | (2.908) |
| Total | 51.633 | 26.804 | 140.222 | 81.115 |

24. Despesas por natureza

| | Controladora | | Consolidado | |
|------------------------------------|-----------------|-----------------|-----------------|-----------------|
| | 31/12/2021 | 31/12/2020 | 31/12/2021 | 31/12/2020 |
| Pessoal | (33.407) | (17.867) | (33.600) | (17.954) |
| Despesas de marketing/vendas | - | (821) | - | (973) |
| Serviços profissionais contratados | (22.536) | (10.931) | (25.672) | (11.709) |
| Aluguéis e condomínios | (1.156) | (633) | (1.156) | (633) |
| Informática | (925) | (735) | (940) | (906) |
| Energia, água e telefone | (215) | (573) | (215) | (573) |
| Despesas com Eventos | (1.726) | - | (1.726) | - |
| Impostos e taxas | (748) | (398) | - | (445) |
| Depreciação e amortização | (2.497) | (1.778) | (2.498) | (1.780) |
| Outras despesas por natureza | (1.935) | (3.507) | (2.981) | (3.532) |
| Total | (65.144) | (37.243) | (68.788) | (38.505) |
| Despesas gerais e administrativas | (65.144) | (37.243) | (68.788) | (38.505) |
| Total | (65.144) | (37.243) | (68.788) | (38.505) |

25. Outras receitas e outras despesas:

| | Controladora | | Consolidado | |
|------------------------------------|--------------|------------|-------------|------------|
| | 31/12/2021 | 31/12/2020 | 31/12/2021 | 31/12/2020 |
| Outras receitas | | | | |
| Baixa de bens do ativo imobilizado | 26 | 41 | 26 | 41 |
| Outras receitas | 110 | 1 | 110 | 5 |
| Total outras receitas | 136 | 42 | 136 | 46 |
| Outras despesas | | | | |
| Doações | (841) | (300) | (841) | (300) |
| Brindes | (317) | - | - | - |
| Baixa de perdas | (939) | - | (1.256) | - |
| Total outras despesas | (2.097) | (300) | (2.097) | (300) |

26. Resultado financeiro líquido: O resultado financeiro líquido é composto conforme quadro abaixo:

| | Controladora | | Consolidado | |
|--|--------------|--------------|--------------|--------------|
| | 31/12/2021 | 31/12/2020 | 31/12/2021 | 31/12/2020 |
| Receitas financeiras (valor justo) | | | | |
| Rendimento de aplicações financeiras a valor justo | 4.868 | 3.731 | 5.845 | 3.932 |
| Receitas financeiras (custo amortizado) | | | | |
| Descontos obtidos | 6 | 3 | 6 | 3 |
| Juros Ativos | 1.853 | 55 | 1.853 | 55 |
| Outras receitas financeiras | 1 | 273 | 1 | 276 |
| Total das receitas financeiras (custo amortizado) | 1.861 | 331 | 1.861 | 334 |
| Total das receitas financeiras | 6.729 | 4.062 | 7.706 | 4.266 |
| Despesas financeiras (custo amortizado) | | | | |
| Perdas aplicação em fundos de investimento | - | (83) | - | (186) |
| Tarifas bancárias | (15) | (8) | (19) | (13) |
| Juros sobre arrendamento - direito de uso | - | (1.096) | - | (1.096) |
| Juros sobre empréstimos | (5.049) | (280) | (5.049) | (280) |
| Juros e multas | (80) | (6) | (133) | (7) |
| Perdas com operações financeiras | - | (1.998) | - | (2.047) |
| Outras despesas financeiras | (1.285) | (886) | (1.388) | (797) |
| Total das despesas financeiras (custo amortizado) | (6.428) | (4.357) | (6.589) | (4.426) |
| Resultado financeiro líquido | 301 | (295) | 1.117 | (160) |

27. Lucro líquido por ação: O cálculo do lucro básico por cota/ação foi baseado no lucro líquido atribuído aos detentores de cotas únicas e na média ponderada de cotas em circulação. A entidade não possui dispositivos de capital que tenham efeito dilutivo, portanto, o lucro por ação diluído é igual ao lucro por cota básico.

| | 31/12/2021 | 31/12/2020 |
|--|---------------|---------------|
| Numerador básico | | |
| Lucro líquido do exercício atribuível aos detentores das cotas/ações | 56.615 | 38.119 |
| Denominador básico | | |
| Média ponderada da quantidade de cotas/ações | 106.949 | 100.500 |
| Lucro básico por cota / ação | 529,37 | 379,29 |

28. Partes relacionadas: a) Partes relacionadas: O controlador final da Controlada e do Grupo são os participantes do capital conforme apresentado na nota 20. Além destes, dada a atividade de Gestão de

Fundos de Investimentos, eles são considerados Partes Relacionadas. **b) Movimentação dos saldos com partes relacionadas: Controladores:**

| | Controladora | | Consolidado | |
|----------------------|--------------|------------|-------------|------------|
| | 31/12/2021 | 31/12/2020 | 31/12/2021 | 31/12/2020 |
| Ativo | | | | |
| Mútuos com sócios | 18.897 | 7.488 | 18.897 | 7.488 |
| Quotas a receber (*) | 21.348 | - | 21.348 | - |
| Total | 40.244 | 7.488 | 40.244 | 7.488 |
| Passivo | | | | |
| Partes relacionadas | 1.474 | 4.263 | 1.555 | 4.263 |
| Total | 1.474 | 4.263 | 1.555 | 4.263 |

(*) Os saldos de quotas a receber referem-se a venda parcelada de saldos quotas em tesouraria. Todos os valores são atualizados conforme condições de mercado negociados no momento da aquisição de créditos e débitos com a companhia.

Fundos de Investimentos:

| | 2021 | 2020 |
|------------------------------------|---------------|---------------|
| Receita operacional líquida | | |
| Onshore | 70.556 | 22.673 |
| Offshore | 18.033 | 15.116 |
| Taxas de gestão | 88.589 | 37.789 |
| Onshore | - | 16.522 |
| Offshore | - | - |
| Taxas de performance | - | 16.522 |
| Total da receita | 88.589 | 54.311 |

c) Remuneração da administração: No exercício findo em 31 de dezembro de 2021, foram registrados benefícios de curto prazo a título de remuneração no montante de R\$ 201 (R\$ 185 em 2020).

29. Cobertura de seguros: Em 31 de dezembro de 2021, a cobertura de seguros para danos materiais era de R\$ 8.945 e responsabilidade civil era de R\$ 15.000 (em 2020 era de R\$ 15.000 para danos materiais e R\$ 15.000 para responsabilidade civil).

30. Eventos subsequentes: Em 10 de janeiro de 2022, o fundo JIF Fundo de Renda - FI em Cotas de Fundos de Investimento em Direitos Creditórios foi incorporado pelo Jive Master Bossanova High Yield - Fundo de Investimento Cotas de Fundos de Investimento Multimercado, com anuência das Administradoras e da única cotista do fundo até então, a Jive Investments. Após o evento, o Fundo foi oferecido a mercado e a partir de então a Jive Investments passou a ter posição de 14,93% do patrimônio. Em 17 de janeiro de 2022, a companhia aditou seu contrato de Cédula de Crédito Bancário com o Banco Modal, repactuando o fluxo de pagamentos e a taxa de juros que passou de CDI+3% a.a. para CDI+2,50% a.a. Em 18 de janeiro de 2022, a companhia firmou um acordo de investimento na empresa Any Life Patrimonial S.A. através da conversão do mútuo já existente em 2020 de R\$ 300 atualizado, adicionado a emissão de Debêntures de R\$ 5.700. O fluxo de integralização se dará da seguinte forma: R\$ 3.010 na data de emissão das debêntures, R\$1.500 em agosto de 2022 e R\$ 1.500 em julho de 2023, sendo as integralizações futuras condicionadas a atingimentos de metas e resultados. Em 24 de janeiro de 2022, a companhia fez a emissão privada de debêntures no valor de R\$ 41.000, tendo como único credor a XP Investimentos e como garantia 4 lajes de propriedade da companhia e registradas como Propriedades para Investimento.

| Diretoria | | Contador | |
|---------------------------------------|--|--------------------------------|--|
| Alexandre Marcelo Marques Cruz | Guilherme Rizzery de Godoy Ferreira | Márcio Soares de Campos | |
| Diretor | Diretor | CRF: 1SP245.118/O-7 | |

Relatório dos Auditores Independentes sobre as Demonstrações Financeiras Individuais e Consolidadas

Aos acionistas e diretores da **Jive Investments Consultoria S.A.** - São Paulo - SP

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Jive Investments Consultoria S.A. ("Companhia"), identificadas como controladora e consolidado, respectivamente, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2021 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, compreendendo as políticas contábeis significativas e outras informações elucidativas.

Opinião sobre as demonstrações financeiras individuais

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras individuais acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira individual da Jive Investments Consultoria S.A. em 31 de dezembro de 2021, o desempenho individual de suas operações e os seus fluxos de caixa individuais para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Opinião sobre as demonstrações financeiras consolidadas

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras consolidadas acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira consolidada da Jive Investments Consultoria S.A. em 31 de dezembro de 2021 o desempenho consolidado de suas operações e os seus fluxos de caixa consolidados para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB).

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas". Somos independentes em relação a Companhia e suas controladas, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Outros assuntos - Demonstração do Valor Adicionado

As demonstrações do valor adicionado (DVA) individual e consolidada, referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2021, elaboradas sob a responsabilidade da administração da Companhia, e apresentadas como informação suplementar para fins de IFRS, foram submetidas a procedimentos de auditoria executados em conjunto com a auditoria das demonstrações financeiras individuais e

consolidadas da Companhia. Para a formação de nossa opinião, avaliamos se essas demonstrações estão conciliadas com as demonstrações financeiras e registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado. Em nossa opinião, essas demonstrações do valor adicionado foram adequadamente elaboradas, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nesse Pronunciamento Técnico e são consistentes em relação às demonstrações financeiras individuais e consolidadas tomadas em conjunto.

Responsabilidades da administração pelas demonstrações financeiras individuais e consolidadas

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras individuais de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, e das demonstrações financeiras consolidadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS), emitidos pelo International Accounting Standards Board (IASB), e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, a administração é responsável pela avaliação da capacidade da Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia e suas controladas ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras individuais e consolidadas, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional, e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso: – Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos

procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais. – Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia e suas controladas.

– Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.

– Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia e suas controladas. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia e suas controladas a não mais se manterem em continuidade operacional.

– Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras individuais e consolidadas representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

– Obtemos evidências de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras das entidades ou atividades de negócio do grupo para expressar uma opinião sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas. Somos responsáveis pela direção, supervisão e desempenho da auditoria do grupo e, consequentemente, pela opinião da auditoria.

Comunicamo-nos com a administração a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.



KPMG Auditores Independentes Ltda.
CRC 2SP014428/O-6

São Paulo, 18 de abril de 2022

Rodrigo Cruz Bassi
Contador CRC 1SP261156/O-7

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2021, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.



Esta publicação foi feita de forma 100% digital pela empresa Gazeta de S.Paulo em seu site de notícias.

AUTENTICIDADE DA PÁGINA. A autenticidade deste documento pode ser conferida através do QR Code ao lado ou pelo link <https://publicidadelegal.gazetasp.com.br>